

XI CONCURSO PÚBLICO PARA JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL

***1ª PROVA ESCRITA***

**DIREITO PENAL, DIREITO PROCESSUAL PENAL E PRINCÍPIOS  
INSTITUCIONAIS DA MAGISTRATURA**

1 - Responda, justificadamente: é possível a aplicação combinada de leis penais como resposta à prática de um determinado fato delituoso?

2 - Augustus foi condenado a 2 (dois) anos e 8 (oito) meses de reclusão por infração ao art. 297 do CP (falsificação de documento público). A pena-base foi fixada no mínimo legal, e ainda foram acrescentados oito meses em razão da reincidência. Responda, justificadamente: poderia, o juiz, estabelecer o regime inicial semi-aberto para Augustus?

3 - Em que consiste o princípio: *nulla necessitas sine injuria*, e qual a sua repercussão no Direito Penal?

4 - Responda, justificadamente: como deverá ser punido, o agente público, carcereiro, que recebe vantagem indevida em dinheiro, para que na semana seguinte ao crédito do valor em seu benefício, deixe fugir da prisão, como de fato vem a ocorrer, acusado que lá se encontrava legalmente preso?

5 - No Direito brasileiro, qual a relação necessária entre o crime antecedente e a condenação pela prática do crime de lavagem de dinheiro dos bens que naquele tiveram origem? Como essa relação deve ser demonstrada para fins de condenação?

6 - Caius, a pedido de Aurelius, que está com a mão engessada, enrola um cigarro de maconha, e ainda cede o papel empregado para tanto, para que apenas Aurelius possa usar a droga que trazia consigo. De outro lado Ticius, após receber pasta de cocaína – bruta – em seu galpão, efetua as misturas necessárias para disponibilizá-la ao uso. Quais os critérios distintivos das condutas de Caius e Ticius e o que elas constituem?

7 - Quais as características das questões prejudiciais à questão penal principal, e como elas se dividem?

8 - Quais as conseqüências básicas que derivam da reunião, no Estado, do poder-dever de punir e do poder-dever de tutela jurídica processual?

9 - Sobre a prisão temporária, responda: a) qual a diferença fundamental entre ela e a prisão preventiva? B) em que consiste o *periculum libertatis*, apto a autorizá-la? C) por que meio e de que forma, o sujeito preso por força de prisão temporária poderá conhecer as razões da custódia?

10 - Uma equipe local da Polícia Federal apreende mercadorias descaminhadas, na Rodovia Presidente Dutra, na altura da Cidade de Resende, ao determinar revista em ônibus procedente do Paraguai e com entrada no Brasil por Foz do Iguaçu. Feita a comunicação do flagrante, o Juízo Federal de Resende coloca os indivíduos em liberdade provisória mediante fiança. Após e a elaboração do laudo pericial das mercadorias, e em virtude de promoção do Ministério Público Federal, os autos são redistribuídos para uma das Varas Federais Criminais da Seção Judiciária do Rio de Janeiro, especializada no processo e julgamento dos crimes contra o sistema financeiro nacional, cidade esta onde residem os passageiros, proprietários das referidas mercadorias. Nela, o Juiz recebe a denúncia e determina a citação dos acusados. Pergunta-se: o procedimento está adequado aos pressupostos da instauração da relação processual? Justifique.

11 - Ainda em fase de inquérito aberto para apurar a eventual prática de crimes contra o sistema financeiro nacional e de lavagem de dinheiro, com a utilização de interpostas pessoas ainda não identificadas, a autoridade policial federal representou pela busca e apreensão de documentos constitutivos e/ou representantes das operações da instituição financeira “Salão dos Sonhos”, no interior do escritório-sede desta empresa, cuja propriedade e direção já se apurara que estavam a cargo de Marcus e Julius. O magistrado deferiu a medida, fundamentadamente, de acordo com o que foi pedido pelo delegado, e com fulcro no disposto no art. 240, § 1º, “h”, c/c art. 243, II, 245, §§ 3º e 5º, à luz do art. 246, última parte, todos do CPP. Durante a execução do mandado, foi necessário arrombar dois cofres existentes no local, sendo que em um deles foram encontrados documentos pessoais de Temis, esposa de Julius, que alegou que lá os havia guardado por falta de espaço em sua residência. A autoridade policial apreendeu todos os documentos encontrados nos dois cofres, lavrando o respectivo auto. O advogado impetra *habeas corpus*, tendo como objeto a devolução de todos os documentos apreendidos. Comente a respeito da pertinência do *writ* na hipótese.

Observação: Disposições legais: Art. 240. A busca será domiciliar ou pessoal. § 1º. Proceder-se-á à busca domiciliar, quando fundadas razões a autorizarem, para: “h”. colher qualquer elemento de convicção. Art. 243. O mandado de busca deverá: II mencionar o motivo e os fins da diligência; Art. 245, § 3º. Recalcitrando o morador, será permitido o emprego da força contra coisas existentes no interior da casa, para o descobrimento do que se procura. Art. 245, § 5º. Se é determinada a pessoa ou coisa que se vai procurar, o morador será intimado a mostrá-la. Art. 246. Aplicar-se-á também o disposto no artigo anterior, quando se tiver de proceder a busca em compartimento habitado ou em aposento ocupado de habitação coletiva ou em compartimento não aberto a público, onde alguém exercer profissão ou atividade.

12 - Quais os diferentes aspectos em que se verifica o poder-dever exercitado pelos órgãos do judiciário, no que concerne à atividade jurisdicional monopolística?

## DIREITO CONSTITUCIONAL, ADMINISTRATIVO E TRIBUTÁRIO

13 - A Carta Magna de 1988 tutela, sob que parâmetros, em favor da pessoa, os efeitos retrospectivos das normas jurídicas. Justifique.

14 - Aplicam-se os princípios da adstrição, e do *iura novit cúria*, no controle de constitucionalidade das regras jurídicas no âmbito da ação de descumprimento de preceito fundamental? Justifique.

15 - Adota-se no ordenamento pátrio, sob quais pressupostos, o instituto binding effect? Justifique.

16 - O Supremo Tribunal Federal, vem aplicando, em que medida, a interpretação científico-espiritual, em seus julgados? Justifique.

17 - Delineia-se, sob quais condições, o nexó etiológico no serviço público não privativo? Justifique.

18 - Conceitue as características do dano, para efeitos da responsabilidade civil do Estado, discriminando as diferenças entre ressarcimento, reparação e indenização.

19 - Mostra-se legítimo o contrato administrativo celebrado tacitamente? Justifique

20 - Em que termos, admite-se no ordenamento pátrio, a designada desestatização virtual? Justifique.

21 - As presunções, no âmbito tributário, se compadecem com o postulado da eticidade normativa? Justifique.

22 - Quais os fundamentos jurídicos-tributários, de caráter teleológico, que viabilizam a apropriação dos créditos do IPI? Justifique.

23 - A provisão para devedores duvidosos, pode ser legitimamente excluída da realização da renda da pessoa jurídica, para fins da respectiva incidência tributária? Justifique.

24 - No âmbito do processo administrativo-tributário, sob que pressupostos, aplica-se a denominada espiral hermenêutica? Justifique.

## **DIREITO PROCESSUAL CIVIL, DIREITO AMBIENTAL, DIREITO ECONÔMICO E DIREITO PREVIDENCIÁRIO**

- 25 - Qual a natureza jurídico-processual da competência?
- 26 - O que você entende por princípio da aquisição em matéria de prova?
- 27 - Qual o fundamento da intervenção de terceiro?
- 28 - Dê um exemplo de competência funcional horizontal com a correspondente justificativa.
- 29 - O que você entende por eficácia preclusiva da decisão de saneamento?
- 30 - Qual o significado da expressão *pro et contra* para a imutabilidade da coisa julgada?
- 31 - O mandado de segurança se enquadra nas hipóteses de tutela jurisdicional diferenciada?
- 32 - Quais espécies de licenças ambientais você conhece?
- 33 - O que você entende por princípio do compartilhamento da infra-estrutura no Direito da Regulação?
- 34 - Defina “Constituição econômica”?
- 35 - O trabalhador avulso é segurado obrigatório?
- 36 - Distinga a assistência social da seguridade social.

## **DIREITO CONSTITUCIONAL PÚBLICO, DIREITO INTERNACIONAL PRIVADO E DIREITOS HUMANOS**

- 37 - Um Consulado de país estrangeiro, sediado no Rio de Janeiro, recebeu a cobrança da Prefeitura para o pagamento do IPTU e taxa de iluminação de seu imóvel-sede. À luz da legislação, doutrina e jurisprudência pertinentes dê seu parecer sobre o caso. Comente também se os tribunais superiores têm decidido uniformemente essa questão.
- 38 - O Brasil ratificou e promulgou a Convenção de Haia sobre os Aspectos Cíveis do Sequestro de Crianças, pela qual em face da retenção ilícita de uma criança por um dos pais, o outro pode pedir o seu retorno. Qual o juiz competente para a ação de devolução? Justifique sua resposta.

39 - Brasil ratificou e promulgou a Convenção Interamericana de Direitos Humanos, também conhecida como Pacto de São José. Determina no seu artigo 8º, 2, h, o duplo grau de jurisdição, como o direito de toda pessoa acusada de delito, de recorrer da sentença para juiz ou tribunal superior. Como se coaduna o presente dispositivo com os casos em que a própria Constituição regulou que um determinado caso fosse julgado exclusivamente por tribunal, sem previsão de recurso?

40 - Um brasileiro e uma americana casaram-se em Nova York, em 1995. Em 2004, o casamento se desfez e o brasileiro voltou para o Brasil. A esposa ajuizou uma ação de divórcio e a citação do marido foi realizada pelo correio. Em 2005, de posse da sentença de divórcio proferida em NY, na qual o marido foi revel, a ex-esposa ajuizou um pedido de homologação no STJ. Analise os requisitos de homologabilidade do caso em questão.

41 - Carta rogatória proveniente da Argentina para busca e apreensão de bens no Brasil, recebida pelo STJ. A parte brasileira interessada alega que se trata de carta rogatória executória, contrária ao direito brasileiro. Opine justificadamente se procedem as alegações da parte brasileira.

42 - Empresa pública federal celebra contrato com empresa brasileira contendo cláusula compromissória. A empresa privada descumpra o acordado e a empresa pública ajuíza ação judicial. A empresa privada requer a extinção do processo sem julgamento do mérito face à existência de convenção de arbitragem. Analise a questão, à luz da legislação, jurisprudência e doutrina.

43 - Mulher brasileira, nascida no Brasil, adquiriu a nacionalidade portuguesa automaticamente por casamento com nacional português no Rio de Janeiro e tem filhos aqui nascidos. Responda justificada e separadamente:

- a) Ela pode ter declarada a perda da nacionalidade brasileira em virtude da aquisição da nacionalidade portuguesa?
- b) Ela é passível de expulsão do território nacional por prática de atividades nocivas ao interesse nacional?

## **DIREITO CIVIL E DIREITO COMERCIAL**

44 - Distinguir boa-fé objetiva de boa-fé subjetiva. Justifique a resposta.

45 - Se a obrigação de pagar o aluguel pelo tempo que faltar constituir indenização excessiva, pode o juiz fixá-la em bases razoáveis? Justifique a resposta.

46 - Com o advento do Código Civil de 2002 houve uma aproximação principiológica entre esse Código e o Código de Defesa do Consumidor. Quais são esses princípios contratuais sociais? Justifique a resposta.

47 - A vedação do aval parcial prevista no artigo 897 do Código Civil, parágrafo único, do Código Civil, aplica-se aos títulos cambiariformes? Justifique a resposta. (art. 897. O pagamento de um título de crédito, que contenha obrigação de pagar soma determinada, pode ser garantido por aval. Parágrafo único. É vedado o aval parcial.)

48 - Quais os bens imateriais protegidos pelo Direito da Propriedade Industrial? Justifique sua resposta.

49 - Qual a finalidade da ação revocatória falimentar? Justifique a resposta.

50 - O crédito tributário está sujeito à recuperação judicial? Justifique a resposta.